

## Moção

O SMAV reunido em Congresso em 29/5/2010, tendo presente as recentes tentativas, periódicas e recorrentes, de desestabilização do modelo de Serviço Público de Rádio e Televisão em Portugal, consagrado constitucionalmente:

1. Recordam que o actual modelo de Serviço Público decorre dum imperativo constitucional, consagrado na maioria dos Países Europeus e o seu processo de reestruturação de um acordo consensual entre os dois maiores partidos (PS e PSD) e os dois anteriores governos, quanto aos objectivos, modelo de reestruturação, prazos de equilíbrio económico-financeiro e modelo de financiamento.
2. Que qualquer tentativa de pôr em causa esse acordo, por razões de interesse político conjuntural de algumas forças políticas, pode ser uma forma fácil de angariar apoio político, mas tem consequências graves no processo de consolidação financeira e de consensualização social do papel do Serviço Público em Portugal.
3. Nestes pressupostos, o SMAV opor-se-á a quaisquer aventureirismos políticos que desestabilizem o actual acordo de reestruturação do Serviço Público de Rádio e Televisão em vigor até 2019 e nomeadamente a qualquer tentativa de privatização total ou parcial da empresa pública RTP, SA que terá impactos negativos pela politização a que uma vez mais se sujeita a empresa, com consequências imprevisíveis para o País e para os seus trabalhadores e com impacto imprevisível em todo o panorama audiovisual português (produção audiovisual independente, mercado publicitário e particularmente pondo em causa a viabilidade dos actuais operadores privados de Rádio e Televisão).